

OPINIÃO

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo
Diretor de Redação
Ricardo Noblat
Editor Executivo
José Negreiros

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha
Diretor Comercial
Maurício Dinepi
Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira
Diretor Industrial
Oswaldo Abílio Braga
Diretor de Planejamento
João Augusto Cabral

Economia - Brasil

Desindexação

Praticada desde 1964 como instrumento destinado a manter em equilíbrio as oscilações nos custos gerais da economia, a indexação veio revelar-se tempos depois como um dos agentes mais perversos no processo de realimentação do ciclo inflacionário. O Plano Real cuidou em extinguir os índices de maior efeito no sistema, mas admitiu conviver com alguns deles para assegurar certa flexibilidade inicial ao conjunto das medidas postas em ação.

Agora, examina o governo em sintonia com a equipe de transição do futuro presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a eliminação definitiva dos índices remanescentes de medição do incremento inflacionário. A questão projeta-se sobre duas perspectivas a um só tempo convergentes e ambíguas. Sem eliminação dos mecanismos indexadores não será possível domar a inflação. Mas sem acabar com a inflação será inútil desmobilizar os indexadores.

Urge, então, livrar o sistema econômico dos instrumentos de correção monetária e atacar a inflação pela via cirúrgica das medidas estruturais. Em outras palavras, uma vez alcançada a estabilidade dos preços em função da derrubada dos agentes originais de desequilíbrio econômico, os índices de correção não terão como reaparecer, por absoluta desnecessidade. São idéias de aparente senti-

do óbvio. Todavia, não costumam transitar pelo raciocínio de regra complicado dos técnicos governamentais.

Vista por semelhante prisma, a desindexação só operará efeitos se caminhar de forma concomitante com a reforma institucional e providências complementares. Primeiro, impõe-se a criação de um novo sistema tributário apto a reduzir os encargos das empresas e da sociedade, sem causar perdas ao erário. E, sobretudo, capaz de redefinir competências e responsabilidades dos três níveis federativos, a União, os estados e os municípios. Depois, é fundamental gerar um novo modelo de previdência social para retirar o formidável dreno enfiado no tesouro, por onde escorre parte considerável dos recursos públicos. E, afinal, é de todo indispensável dispor de um orçamento sem déficit e, mais que isso, cumpri-lo sem pedidos de suplementação.

Como se vê, a desindexação é pressuposto estratégico para sustentar a eficácia do equilíbrio econômico. Mas não surtirá efeito se não for imbricado em um conjunto de medidas estruturais. Não se deve guardar ilusão alguma de que a inflação cederá por efeito apenas de ataque aos indexadores, que não são causa, mas a resultante do desequilíbrio econômico.